



PROJETO DE LEI , de 2022
(Do Sr. HUGO LEAL)

Altera a Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) e Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais), a fim de aprimorar as regras na contagem dos prazos processuais nas hipóteses de indisponibilidade dos sistemas de processo eletrônico dos Tribunais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei Altera a Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) e Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais), a fim de aprimorar as regras na contagem dos prazos processuais nas hipóteses de indisponibilidade dos sistemas de processo eletrônico dos Tribunais.

Art. 2º A Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10.....
.....

§ 2º Se o Sistema do Poder Judiciário se tornar indisponível por motivo técnico:

a) por mais de sessenta minutos, ininterruptos ou não, em um mesmo dia, ou por qualquer tempo no intervalo entre 23 e 24 horas, os prazos que se vencem nessa data serão automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil seguinte; ou





b) por mais de um dia consecutivo ou, em um mesmo dia, por mais de quatro horas, ininterruptas ou não, os prazos serão suspensos nos dias afetados e restituídos, em dias inteiros, ao final.

..... (NR)”

§ 2º-A. A prorrogação e a restituição de que trata este artigo será feita automaticamente pelo sistema.

..... (NR)”

“Art. 10-A. Considera-se indisponibilidade do sistema a falha em qualquer dos seguintes serviços:

I – consulta aos autos digitais;

II – transmissão eletrônica de atos processuais; ou

III – acesso a citações, intimações ou notificações eletrônicas.

§ 1º Não caracterizam indisponibilidade as falhas de transmissão de dados entre as estações de trabalho do público externo e a rede de comunicação pública que decorram dos equipamentos ou programas dos usuários.

§ 2º É de responsabilidade do usuário:

I – o acesso ao seu provedor da internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas;

II – o acompanhamento do regular recebimento das petições e documentos transmitidos eletronicamente;

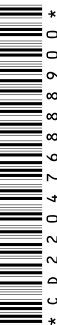
III – a aquisição, por si ou pela instituição ao qual está vinculado, do certificado digital, padrão ICP-Brasil, emitido por Autoridade Certificadora credenciada, e respectivo dispositivo criptográfico portátil”.

..... (NR)”

“Art. 10-B. A indisponibilidade definida no artigo anterior poderá ser comprovada pelo usuário, por qualquer meio hábil que identifique a falha no sistema, bem como o respectivo dia e horário da sua ocorrência”.

..... (NR)”

“Art. 10-C. A indisponibilidade previamente programada será ostensivamente comunicada ao público externo com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência e produzirá as consequências previstas nesta lei, salvo se ocorridas entre 0h00 e 6h00 dos dias





de expediente forense e as ocorridas em feriados e finais de semana, a qualquer hora.

..... (NR)”

“Art. 16-A. Os Tribunais deverão criar comissão permanente composta por representantes do judiciário e dos advogados, estes indicados pela respectiva seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, com vistas ao constante aprimoramento dos sistemas.”

..... (NR)”

Art. 3º A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 221. Suspende-se o curso do prazo por obstáculo criado em detrimento da parte, assim considerado, inclusive, a indisponibilidade dos sistemas de processo eletrônico do Poder Judiciário, conforme regulamentação, ou ocorrendo qualquer das hipóteses do art. 313, devendo o prazo ser restituído por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

.....” (NR)

“Art. 224.....

§ 1º Os dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com dia em que o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal.

.....” (NR)

Art. 4º O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 798.....

§ 4º Não correrão os prazos se houver impedimento do juiz, força maior, obstáculo oposto pela parte contrária ou indisponibilidade dos sistemas de processo eletrônico do Poder Judiciário por mais





de sessenta minutos, ininterruptos ou não, em um mesmo dia, ou por qualquer tempo no intervalo entre 23 e 24 horas.

.....(NR)”

Art. 5º O Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 775.....

§ 3º Se o Sistema do Poder Judiciário se tornar indisponível por motivo técnico:

a) por mais de sessenta minutos, ininterruptos ou não, em um mesmo dia, ou por qualquer tempo no intervalo entre 23 e 24 horas, os prazos que se vencem nessa data serão automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil seguinte;

b) por mais de um dia consecutivo ou, em um mesmo dia, por mais de quatro horas, ininterruptas ou não, os prazos serão suspensos nos dias afetados e restituídos, em dias inteiros, ao final. (NR)”

Art. 6º A Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12.....

Parágrafo único. Se o Sistema do Poder Judiciário se tornar indisponível por motivo técnico:

a) por mais de sessenta minutos, ininterruptos ou não, em um mesmo dia, ou por qualquer tempo no intervalo entre 23 e 24 horas, os prazos que se vencem nessa data serão automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil seguinte;

b) por mais de um dia consecutivo ou, em um mesmo dia, por mais de quatro horas, ininterruptas ou não, os prazos serão suspensos nos dias afetados e restituídos, em dias inteiros, ao final. (NR)”

.” (NR)

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.





JUSTIFICAÇÃO:

Todos sabemos que em nosso sistema jurídico a Constituição da República Federativa do Brasil é a mais alta fonte de princípios e garantias. Por conta de seu caráter particularmente analítico, até o sistema processual colhe dela regras minuciosas e significativas. Nesse embalo, para o caso, vale destacar, o texto do art. 5º, LIV, que alça à hierarquia constitucional o postulado do devido processo legal.

Tanto a doutrina, como a jurisprudência, enunciam que *due process* *law* não pode compreendido numa acepção meramente formal. É com fulcro nesse princípio que, antes de tudo, a Carta Magna impõe a necessidade de um processo JUSTO. Ou seja, a *contrario sensu*, ofende a Constituição qualquer modalidade de processo injusto.

Nesse contexto se insere a presente proposta que nos foi apresentada pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Rio de Janeiro, que acolhemos em sua integralidade. A Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que trata da informatização do processo judicial, a seu tempo, trouxe inovações sem as quais não se viabilizaria a modernização do processo. Só que foi a pandemia que testou os limites das ferramentas tecnológicas que essa legislação regulamentou. Os operadores do processo eletrônico, de um modo geral, de advogados a magistrados, de técnicos de informática a oficiais de justiça, etc., foram demandados em um nível extraordinário para viabilizar a jurisdição sem contato pessoal. E justamente nesse cenário de crise é que foi possível identificar os pontos nevrálgicos.

Um deles, que ganhou especial destaque pelo gigantesco prejuízo causado aos advogados, é a redação atual do art. 10, § 2º, da Lei nº 11.419, de 2006. Da forma como está posto atualmente, um problema técnico que afete o sistema de processo eletrônico dos tribunais não devolve o prazo perdido. Se esse problema persistir por vários dias, como recentemente aconteceu no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o interessado sofre prejuízo direto no tempo que tem disponível para se manifestar.

Para buscar equalizar esse problema, serve o presente projeto de lei para propor um regramento mais justo, modificando a própria Lei 11.419, de 2016, o Código de Processo Civil, o Código de Processo Penal, a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei dos Juizados Especiais, para explicitar a necessidade de devolução dos prazos quando houver indisponibilidade do sistema do Poder Judiciário, suspendendo-se esses prazos enquanto durar essa indisponibilidade.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL** – PSD/RJ

Ademais, cabe observar que parte dos temas aqui propostos foi objeto de regulamentação pelo CNJ, por meio da Resolução nº 185, de 18 de dezembro de 2013.

Diante de todo o exposto, constatada a enorme relevância da proposta, é que contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 21 de Junho de 2022.

Deputado **HUGO LEAL**
PSD - RJ

Apresentação: 22/06/2022 12:07 - MESA

PL n.1734/2022

